



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

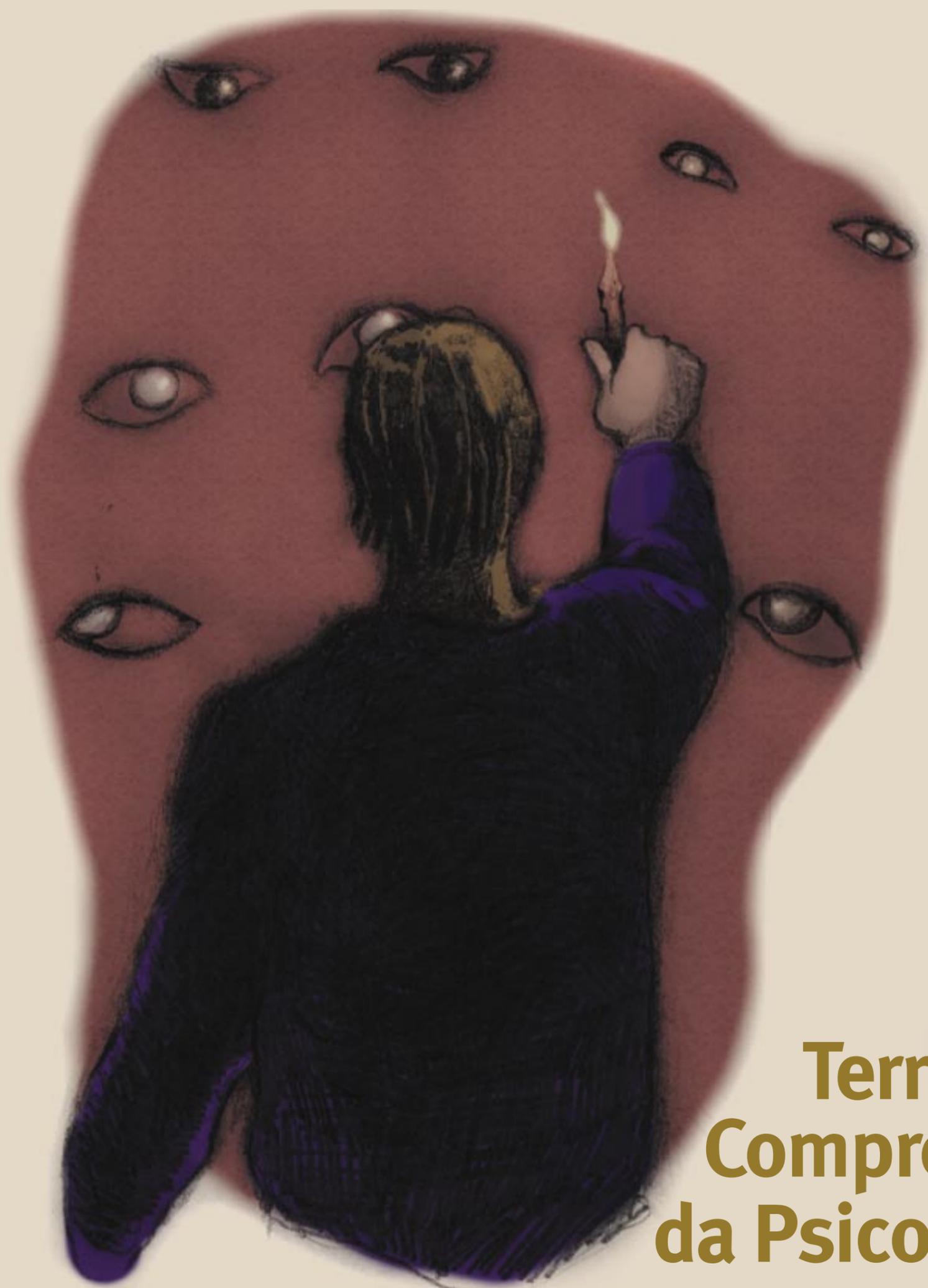
Impresso
Especial
1980/03 DR/RS
CRP 07
CORREIOS



ENTRE LINHAS

ANO VII

Nº36



**Territórios e
Compromissos
da Psicologia**

expediente

Presidente: **Neuza Maria de Fátima Guareschi**
Vice-presidente: **Bárbara Conte**
Tesoureiro: **Diego Villas-Bôas da Rocha**
Secretária: **Maria da Graça Jacques**

Conselheiros:
Adriana Martello
Ari Gomes Pereira Jr.
Betina Hillesheim
Eliana Gonçalves de Moura
Helena Beatriz Scarparo
Hélio Possamai
Lizete Ramos Dieguez
Nelson Eduardo Rivero
Raquel Conte Poletto
Silvana de Oliveira
Simone Maria Hüning
Vera Lúcia Pasini

Coordenação Editorial
Comissão de Comunicação: **Helena Beatriz Scarparo,**
Hélio Castro, Letícia Giannechini, Liliana Rauber,
Maria da Graça Jacques, Silvana de Oliveira

Jornalista Responsável: **Liliana Rauber (MTB/RS 9684)**

Colaboraram nesta edição: **César Bastos, Diretor do**
Sipergs, Helena Scarparo, Jacqueline Moreira,
Lúcio Fernando Garcia, Luiz Antonio de Assis Brasil,
Luiz Ziegelmann, Nelson Rivero,
Neuza Maria de Fátima Guareschi

Projeto Gráfico: **Verdi Design**
Diagramação: **Tavane Reichert Machado**
(tavanerm@terra.com.br)
Ilustrações: **Marsal Alves Branco (marsal@feevale.br)**

Impressão: **Gráfica Trindade**
Tiragem: **12.000 exemplares**
Distribuição gratuita

e-mail: jornal@crprs.org.br



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Conselho Regional de Psicologia do Rio
Grande do Sul CRP-07

Sede
NOVO ENDEREÇO:
Av. Protásio Alves, 2854 sala 301
CEP: 90410-006 – Porto Alegre – RS
Fone/Fax: (51) 3334-6799
E-mail: comunicacao@crprs.org.br

E-mail: crprs@crprs.org.br
www.crprs.org.br

Subsede Sul
R. Félix da Cunha, 772 sala 304
CEP 96010-000 - Pelotas/RS
Fone: (53) 3227-4197
e-mail: crppelotas@terra.com.br

Subsede Serra
Av. Itália, 325 sala 705
CEP 95010-260 - Caxias do Sul/RS
Fone: (54) 3223-7848
e-mail: crpcaxias@terra.com.br

Cadastre-se no site para
receber informativos
eletrônicos do CRP-RS
www.crprs.org.br

Editorial	2
PraPsis	3
Direito de Resposta	4
Territórios e Compromissos	6
Interdisciplinaridade em debate	8
Representação	10
Administrativo	11
Opinião	12

Editorial

O Preconceito à Existência Humana

O filósofo francês Michel Foucault teve como preocupação central em todos os seus escritos a compreensão sobre a existência humana ou, melhor dizendo, sobre a produção de possíveis verdades sobre esta existência. Essa preocupação é mostrada em grande parte de sua obra nos estudos sobre ciência, mais especificamente, sobre a produção do conhecimento em algumas das áreas como a Medicina, a Psiquiatria e a Psicologia. Este filósofo aponta que, apesar das diferenças entre essas áreas, todas até o final do século XX possuíam traços em comum: o estilo objetivista e o princípio da universalização na busca da natureza da existência humana. Porém, o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência tem empreendido em um distanciamento do Positivismo que a alinhava ao conhecimento das ciências físicas e naturais, as quais acreditam ser o humano da ordem do natural. Esse distanciamento consistiu na análise das significações sobre a história que mostra as contradições do que é humano e não o esquivar-se delas. E é exatamente neste ponto que consiste a importância da prática profissional da Psicologia: a complexidade e o paradoxo que constituem nossas ações.

Os esforços da Psicologia, com toda sua diversidade teórica e invenção de novas práticas, vem na direção de não reduzir a compreensão do humano a um único ato, mas o de buscar as significações nas descontinuidades de sua história. Determinações moralistas e legalistas, sustentadas em um estruturalismo generalizado, e em um cientificismo a-histórico, são as que fundamentam tanto a reportagem do jornal do Simers quanto a justificativa do não direito de resposta, e são também demonstrações de limitações que ainda se encontram em mentes humanas que somente funcionam na linearidade de pensamentos.

Neuza Maria de Fátima Guareschi
Presidente do Conselho Regional de
Psicologia do Rio Grande do Sul

Territórios e compromissos

O tema desta edição do Jornal Entrelinhas é “territórios e compromissos da Psicologia”. Sua escolha deveu-se à urgente necessidade de dialogar acerca de interlocuções, responsabilidades, saberes e fazeres profissionais, tendo em vista as éticas presentes e o caráter mutante e complexo das práticas humanas.

É evidente que uma das questões centrais de qualquer prática profissional refere-se aos compromissos assumidos para o exercício de um trabalho. Compromissos são promessas solenes justificadas por valores que delineiam as marcas sociais de determinada ocupação. Ou seja, compromisso profissional implica assumir posições frente ao mundo e explicitar os modos como cada categoria pretende contribuir para a coletividade. O próprio significado de profissão, na sua acepção mais geral, remete ao sentido de “professar”, ou seja, declarar publicamente crenças e posicionamentos. Nesse empenho, compomos territórios, bases sobre as quais exercemos nossas práticas, vivemos e interferimos nos processos de articulação entre a profissão que escolhemos, nossos pares e os fenômenos contemporâneos.

Um breve olhar sobre a inserção de categorias profissionais em diferentes movimentos sociais revela compromissos assumidos e territórios construídos. Assim, no caso da psicologia, as problematizações históricas acerca da sua responsabilidade social em diferentes campos e a conquista de espaços relevantes de atuação explicitam trajetórias diversas e múltiplos territórios.

Apoiados na história da Psicologia, temática da edição anterior, e nos compromissos éticos que vêm sendo firmados de longa data, não podemos nos calar diante de manifestações impensadas acerca das nossas práticas e seus efeitos.

Desta maneira, cabe provocar reflexões sobre os compromissos, os territórios construídos, as práticas exercidas, os valores que as justificam e seus efeitos.

Contribuindo com estas reflexões, o psicólogo Néelson Rivero, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRPRS, aponta seis razões pelas quais a Psicologia vem impertinente sendo questionada sobre seu caráter científico e sua validade social. Nesta mesma linha, trazemos a resposta do Conselho Regional de Psicologia para a reportagem veiculada na Revista do Simers que continua mobilizando toda a categoria. A mesma reportagem em questão serve de ponto de partida para outros dois artigos, um do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul, que reitera as funções de um sindicato de classe, e outro do psiquiatra César Bastos, que aborda a questão da interdisciplinaridade vinculada à solidariedade. A relevância da interdisciplinaridade na saúde também é abordada pelo psiquiatra Luiz Ziegelmann.

Por fim, o escritor Luiz Antonio de Assis Brasil nos brinda com uma crônica sobre a necessidade do ser humano em competir para manter o seu espaço. Competição essa desnecessária, já que na sociedade humana há espaço para todos.

Como mostram os textos dos colaboradores desta edição do Entrelinhas, a Psicologia habita o cotidiano e continuamente é desafiada a comprometer-se ética e politicamente com a construção de territórios caracterizados pela solidariedade, pela proposta de parceria e pelo respeito às outras profissões. Como decorrência, acreditamos na eficiência de relações interdisciplinares, pautadas pela igualdade, pela dialógica e pela necessidade de contribuir com a criação de práticas cidadãs que não hierarquizem diferenças e rompam com a estreiteza da crença na verdade absoluta.

agenda

VI Congresso Nacional da Psicologia

Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo um projeto coletivo para a profissão.

2007 será o ano do VI Congresso Nacional da Psicologia (CNP). O CRPRS instituiu um Grupo de Trabalho para organizar os eventos preparatórios, os Pré-Congressos e o Congresso Regional de Psicologia. Essas atividades serão realizadas em diversas cidades do Estado. Confirme a data dos eventos em sua região acessando o site do Conselho Regional de Psicologia: www.crprs.org.br.

Calendário de atividades referentes ao VI CNP:

17, 18, 24 e 25 de março - Encontros preparatórios para o VI CNP
30 e 31 de março, 13 e 14 de abril - Pré-Congressos Regionais de Psicologia
4 e 5 de maio - Congresso Regional de Psicologia
14 a 17 de junho - VI Congresso Nacional de Psicologia

* Calendário sujeito a alterações.

CONGRESSOS

XXI Congresso Brasileiro de Psicanálise

9 a 12 de maio de 2007 – Porto Alegre
Informações: www.abp.org.br

V Congresso Norte Nordeste de Psicologia - V CONPSI

Data: 23 a 26 de maio – Maceió-CE
Informações: vconpsi-secretaria@crp15.org.br ou www.crp15.org.br/~vconpsi

Congresso Latinoamericano de Orientação Profissional da ABOP e VIII Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional & Ocupacional

Data: 16 a 18/08/2007
Local: DallOnder Grande Hotel - na Serra Gaúcha - Vale dos Vinhedos
Informações:
www.abopbrasil.org.br/congresso.php

VI Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar

12 a 15 de setembro de 2007 – Natal/RN
Informações: (84) 3211-1552 ou sbphnatal@mkmeventos.com.br

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Neuropsicologia – UFRGS

Informações: (51) 3316-5246 ou www.ufrgs.br/pgpsicologia

Neuropsicologia – Projecto

Informações: (51) 3330-4000 ou projecto@terra.com.br

Gestão do Desenvolvimento Humano e Corporativo - ESADE

Informações: (51) 3254-1111 ou www.pos.esade.com.br

Psicoterapeutas de Adultos Maduros – CLAM

Informações: (51) 3328-0622 e 3328-6076

Psicoterapia Centrada na Pessoa – Instituto Delphos

Informações: (51) 3388-6898 ou delphos@institutodelphos.com.br

CURSOS DE FORMAÇÃO

Psicoterapia Psicanalítica de Crianças – Instituto Cyro Martins

Informações: (51) 3338.6041 ou cyromartins@cpovo.net

Terapeutas de Família – Domus

Informações: (51) 3346-3022 ou www.domusterapia.com.br

Psicologia Organizacional - IDG

Informações: (51) 3232.6104 ou idg@idglobal.com.br

PRÊMIOS

Prêmio Educação Inclusiva: experiências profissionais em Psicologia

Inscrições até 15 de fevereiro de 2007
Informações: www.pol.org.br

Prêmio Monográfico: Brasil, uma nação que envelhece

Informações: www.pol.org.br

Psicologia: ciência e profissão

No primeiro semestre de 2006, a publicação de entrevista e de reportagem na Revista do Simers, questionando as atribuições da Psicologia, mobilizou toda a categoria. O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul ajuizou ação que tramita perante a Justiça Federal em que pretende o pagamento de indenização, direito de resposta e retirada dos textos do site do Simers. Acompanhe o artigo que o CRPRS pretende publicar como direito de resposta aos ataques contidos naquela revista.

Este texto tem o objetivo de elucidar fatos, desfazer equívocos e esclarecer aos leitores sobre o exercício da Psicologia enquanto ciência e profissão, como direito de resposta à matéria publicada na Revista do Simers no primeiro semestre de 2006.

E, ainda, alertar para o fato de que as prerrogativas de uma profissão, seja a de psicólogo ou a de médico, não são definidas por entendimentos pessoais ou argumentos particulares, mas sim definidas por legislação específica.

Regulamentação das profissões

A regulamentação de uma profissão tem um conjunto de procedimentos previstos na legislação brasileira. No caso da Psicologia, há exigência de uma formação de nível superior que inclui um conjunto de estágios curriculares em diferentes campos de atuação. Portanto, nem a Psicologia e nem a Medicina são instâncias profissionais constituídas a partir de atributos individuais ou dons pessoais, mas sim de uma formação acadêmica com todos os seus ritos regimentais. Declarar que algumas profissões têm uma formação mais qualificada do que outras é incorrer em erro grave, por desconhecimento ou má fé.

A Psicologia tem 40 anos?

A Psicologia, diferente do que muitas vezes pessoas com total desconhecimento afirmam, não tem só 40 anos. Confundem a regulamentação da profissão no Brasil, que ocorreu em 1962, com a ciência psicológica que tem um longo passado como área da Filosofia, que remonta ao período da Grécia Clássica, berço de outros saberes que posteriormente se instituíram como profissão (a Medicina, por exemplo). Como disciplina independente da Filosofia, a Psicologia tem mais de 100 anos.

Regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil

A Psicologia foi regulamentada pela Lei Federal 4.119/62 que estabeleceu suas prerrogativas legais, sua área de atuação e suas interfaces com outras profissões. A regulamentação da profissão, assim como a posterior criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, exigiu adequação, qualificação e organização teórica, metodológica e técnica de seus instrumentais. Lembramos que esta mesma Lei define que a emissão de perícia na matéria Psicologia em nosso país compete legalmente ao profissional psicólogo inscrito junto a um Conselho Regional de Psicologia.

Avaliação psicológica

Uma das atividades mais reconhecidas como pertinente à Psicologia é a avaliação psicológica. Esta é uma atividade altamente técnica, qualificada e cientificamente reconhecida. Constitui-se na principal modalidade de conhecimento científico para entendimento dos processos emocionais, em suas diferentes fases do desenvolvimento vital. Pensar a Psicologia como mero agente de avaliações limitadas a escolas ou em técnicas de mensuração de inteligência é tanto falta de bom senso como imaginar a Medicina, nos dias de hoje, limitada a utilizar-se apenas da penicilina em seus tratamentos em doenças bacterianas.

A Psicologia avançou como ciência e se capacitou como profissão, constituindo-se em um complexo e amplo arsenal de procedimentos cien-

tificamente legitimados. Defender que as avaliações feitas por psicólogos não têm fundamentação científica ou que as mesmas carecem de conhecimento técnico é uma declaração irresponsável. Os procedimentos que envolvem uma avaliação psicológica são estabelecidos em passos tecnicamente estruturados. No caso, por exemplo, de utilização de testes psicológicos, há determinações específicas orientadas pelo Conselho Federal de Psicologia, prevendo, inclusive, penalidades nas esferas administrativas e éticas para sua utilização inadequada e sem o necessário preparo técnico por parte de psicólogos. Isto não significa conceder à avaliação psicológica um poder preditivo ilimitado, pois se trata de uma avaliação do humano com suas amplas possibilidades de transformação durante seu processo vital.

Testes psicológicos

Os testes ou instrumentos psicológicos, que podem ou não fazer parte de uma avaliação psicológica, seguem rigoroso ritual de construção, validação e aplicação. São instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se em técnicas de uso privativo do psicólogo. O Conselho Federal de Psicologia, através de seu órgão consultivo, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica para Testes Psicológicos, estabeleceu diretrizes para uso, construção e aplicação dos testes psicológicos com base nas diretrizes da Comissão Internacional de Testes (International Test Commission) e do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. Assim, a utilização de testes psicológicos não é uma abordagem "subjetiva" ou que represente risco para a população como pessoas desinformadas declararam através de veículos de comunicação. Se assim fosse, entidades como a Sociedade Australiana de Psicologia, a Sociedade Britânica de Psicologia, a Associação Americana de Pesquisas Educacionais, a Associação Canadense de Psicologia, a Associação Americana para o Aconselhamento e o Desenvolvimento, entre outras, não teriam os testes psicológicos como ferramentas de estudo e trabalho.

A atualização dos testes psicológicos

O zelo do Conselho Federal de Psicologia e de suas entidades que se ocupam dos testes psicológicos tem rigorosamente proposto avanços na construção e validação de instrumentos psicológicos. Em uma de suas últimas instruções normativas, o CFP estabeleceu critérios de revisão das padronizações dos testes e instrumentos psicológicos numa clara demonstração de que não são instrumentos antigos, obsoletos ou que não atendam aos objetivos previstos. Ao contrário: são atualizados e validados para a população brasileira e seguem critérios exigentes, em constante revisão de seus dados e procedimentos. Diferente disto seria uma posição antiética e um flagrante desrespeito a população atendida.

Importante lembrar que o resultado de uma avaliação



psicológica é fruto do somatório de procedimentos (fundamentação teórica e técnica), que se inicia com entrevistas (padronizadas), com a escolha de instrumentos e que se encerra com uma conclusão técnica e não com resultados baseados no senso comum.

A aplicação, assim como a utilização adequada dos instrumentos próprios à Psicologia, é de competência de cada psicólogo, e os Conselhos Regionais de Psicologia têm por função orientar e fiscalizar o exercício profissional. O mesmo acontece com as demais profissões que têm suas instâncias de orientação e fiscalização. A avaliação psicológica, por determinação legal, é requisito para o porte de armas e para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Avaliação psicológica para obtenção da CNH

A avaliação psicológica é um instrumento necessário e valioso nos procedimentos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação; é legalmente prevista e definida sua realização pelo Conselho Nacional de Trânsito em sua Resolução Nº 80. Esta normativa disciplina e estabelece sobre a realização de exames de aptidão física e mental e dos exames de avaliação psicológica. O ato de dirigir um automóvel é um direito do cidadão, devendo o Estado conceder ou não, a partir de uma verificação técnica. O exame de avaliação física e mental, conforme a referida legislação, está a cargo do médico perito do trânsito. Com relação à avaliação psicológica, o artigo 1º do anexo II, da Resolução Nº 80, define: “O exame de Avaliação Psicológica é preliminar, obrigatório, eliminatório e complementar para os condutores e candidatos à obtenção, mudança de categoria, da Carteira Nacional de Habilitação, aferindo-se psicometricamente as seguintes áreas de concentração de características psicológicas: a) área Percepto – Reacional, Motora e Nível Mental; b) área do Equilíbrio Psíquico e c) Habilidades Específicas”.

Assim, a avaliação psicológica tem um papel fundamental no processo de verificação das capacidades de um determinado sujeito em conduzir um veículo em via pública. É ingenuidade atribuir a um único profissional as malefícências na esfera do trânsito, o que envolve, seguramente, vários segmentos sociais. Não é possível um processo de habilitação para dirigir baseado unicamente na exclusão de doenças. O processo da avaliação psicológica não é e não pode ser unicamente inclusiva ou excludente e requer procedimentos de avaliação de características psíquicas como atenção, raciocínio e equilíbrio emocional.

Psicologia e Psicoterapia

“O avançar da ciência tem deixado muito claro que em pleno ano de 2006 não se pode curar um mal que acontece no cérebro com simples bate-papo em consultórios de profissionais não habilitados e, portanto, desautorizados a receitar” (Revista do Simers, abril de 2006, p.19).

Esta afirmação nos convoca a situar a confusão ou desconhecimento frente às questões envolvidas: a habilitação do psicólogo e a prática da psicoterapia, o sujeito entendido

como um ser dissociado entre o biológico e o psíquico, e a generalização de que as doenças psíquicas necessitam ser tratadas com a utilização da medicação.

Com relação ao primeiro ponto, a experiência, a ciência e a ética nos indicam que a psicoterapia não é um “bate-papo”, mas sim uma prática que tem sua origem em 1872, pelo médico inglês Daniel Hck Tuke e popularizada por Hippolyte Bernheim como um método de tratamento das doenças ditas psíquicas. Método de tratamento que pressupõe uma teoria que o sustente, técnicas que estejam em consonância com essa teoria e um treinamento. A esse conjunto chamamos formação, e o profissional assim habilitado se distingue do charlatão, uma vez que sua prática tem fundamentos teóricos e se pauta por princípios éticos. Além disso, o psicólogo está habilitado para a prática da psicoterapia através da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº010, de 20 de dezembro de 2000, que diz em seu artigo primeiro: “a psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção (...) para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos”. Portanto, o psicólogo está habilitado legal e tecnicamente ao exercício da prática psicoterápica.

Segundo ponto: observamos, nas declarações da matéria, que o pensamento cartesiano no qual o sujeito é um ser dissociado entre espírito e corpo encontra-se atualmente rediscutido por novos paradigmas, nos quais o sujeito é entendido como uma unidade bio/psíquica e que, portanto, os mecanismos cerebrais também estão perpassados pelos aspectos psíquicos.

Terceiro ponto: patologizar ou medicalizar a expressão do sofrimento psíquico é reduzir à categoria de doença inúmeras manifestações psíquicas que ficam desta forma sob o domínio de especialistas. Esta tentativa de confundir as manifestações psíquicas em doenças que necessitam ser medicadas é um dispositivo que serve muito mais a debates corporativistas, como o do Ato Médico ou o do poder das empresas químicas de medicação que buscam ditar qual a doença da moda e sua conseqüente terapêutica, do que uma forma científica de discutir as patologias da contemporaneidade e as formas de sofrimento do sujeito.

A Psicologia hoje

A Psicologia tem como princípio a constante e intensa busca em aprofundar seus conhecimentos teóricos e técnicos e, principalmente, a análise ética do fazer do psicólogo no seu dia-a-dia. Este é o discurso que queremos fazer e não uma proposta irresponsável, baseada puramente em princípios corporativistas que não trazem nenhum benefício para a sociedade, apesar de ser apresentada como um bem social.

A Psicologia vem investindo na formação e capacitação da profissão no Brasil, não só junto à academia, mas na categoria profissional como um todo, elegendo a capacitação profissional como bem obrigatório, em um profundo reconhecimento das questões sociais envolvidas no fazer diário de um profissional psicólogo.

O psicólogo está inserido nos mais diferentes espaços profissionais, ocupando áreas que se estendem para além de avaliações de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Está em atividades comunitárias, nas escolas, nos hospitais (clínicos e psiquiátricos), nas instituições públicas (penitenciárias, no judiciário, no Detran, na polícia, no SUS), nas empresas (privadas e públicas), nas atividades esportivas, na academia enquanto pesquisador. Enfim, seria demasiado tentar listar todos os espaços que hoje o psicólogo ocupa.

O Conselho Nacional de Saúde, em sua Resolução Nº 287 de 1998, define os profissionais da saúde de nível superior, listando, entre muitos, o psicólogo e o médico, cada qual em seu campo de saber e atuação. A Psicologia é reconhecida socialmente e seus órgãos representativos não procuram a sua afirmação, como ciência e profissão, a partir da desqualificação de outras profissões. Acreditam que o exercício multiprofissional e o respeito às especificidades de cada profissional é um compromisso ético e social.

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Psicologia (Im)Pertinente

O fazer da Psicologia em tempos pós-modernos e o seu constante movimento de afirmação tem sido uma questão importante para psicólogos e não psicólogos. A regulamentação do exercício profissional com as competências e as práticas privativas da Psicologia consta inicialmente na lei nº4119 de 27/08/1962 e lei nº5766 de 20/12/71. Com a necessidade de acompanhar as demandas da realidade que implicam uma constante revisão em posições, métodos, técnicas e ética do profissional da Psicologia, a categoria constituiu diversos mecanismos de participação que permitem a construção coletiva e legítima das diretrizes e bases da prática profissional. A regulamentação continua sendo feita através destes fóruns e da conseqüente emissão de resoluções, documentos e dos Códigos de Ética revisados e debatidos inclusive com a comunidade brasileira. Ou seja, há uma produção responsável e séria desde a instituição da profissão no Brasil e sempre preocupada em acompanhar o movimento histórico, manter-se atualizada e com condições de responder de forma científica a demandas emergentes do movimento constante de transformação da subjetividade do ser humano.

A sensibilidade aos movimentos sociais e as mudanças que se estabelecem levam a contínuas resignificações da Psicologia como ciência e profissão evidenciando movimento, dialógica e discutibilidade – requisitos fundamentais para a produção de conhecimento. Será esta característica inerente ao compromisso com a vida humana com a ética e com a própria ciência interpretada erroneamente como fragilidade? Será com base nas idéias doutrinárias de absoluto, essência e imutabilidade da natureza que ainda têm força argumentos como a fragilidade científica das técnicas e instrumentos psicológicos ou como a concepção chula de que a relação psicoterapêutica é um simples “bate-papo” de consultório?

Obviamente, não é este pequeno artigo que irá esgotar estas questões, mas pode lançar algumas idéias que serão reunidas em seis razões para (im)pertinência da Psicologia. Antes, é importante ressaltar que impertinência é concebida aqui como uma forma de estar sempre inquieto, disposto à produção do novo, como uma força de desacomodação, que provoca estranhamentos que impulsionam ao questionamento, à resignificação e que não se coloca de forma dicotômica ou oposta em relação à pertinência, mas sim constitui-se como uma afirmação do paradoxo da criação. Não é este o melhor atributo da Psicologia?

1) A questão da Psicologia como ciência

Estamos implicados em um movimento importante de recrudescimento das posições tradicionais em relação à produção científica. Terminamos o século XX com fortes questionamentos sobre a modernidade e a afirmação da necessidade de um conceito de ciência que responda aos anseios da humanidade no século XXI. São forças que anunciam a urgência de uma revisão ética e epistemológica no modo como a comunidade científica legitima o conhecimento e, por conseqüência, os regimes de verdade associados

a ela. Ora, então é de se esperar um movimento de sobrevivência do que há muito tempo mantém uma hegemonia política no campo da produção do conhecimento. A comprovação empírica, a regularidade, a generalização de resultados, a delimitação inequívoca do objeto e do método que são questões presentes desde o surgimento da Psicologia como dificuldades para a sua afirmação como ciência voltam a ganhar força. Ou seja, os questionamentos sobre a cientificidade da Psicologia assentam-se em uma posição reativa à transformação da realidade e na ameaça aos lugares de poder constituídos ao longo destes últimos séculos. Até porque as questões metodológicas vêm sendo superadas nas suas dicotomias, suas distâncias e claramente trabalhadas nas suas possibilidades de articulação, revelando a cientificidade da produção de conhecimento da Psicologia mesmo com diferentes abordagens.

2) Campos de atuação

Este fato tem reflexo na crescente competência demonstrada pelo profissional da Psicologia no exercício da sua profissão, principalmente no que diz respeito à capacidade de análise crítica e seu caráter propositivo da realidade. Isto significa que não se limita à reprodução técnica, mas a contextualiza. Não se resigna à “ditadura do método”, mas o desacomoda criativamente sem deixar de lado o compromisso científico. Enfim, estamos diante da defesa de “atos médicos”, da manutenção de territórios profissionais ameaçados pela capacidade de resposta da Psicologia frente à realidade múltipla e desafiadora que temos, exigindo ações ética e tecnicamente diferenciadas e competentes.

3) A necessidade de afirmação

Sabe-se, mesmo intuitivamente, que uma forma de sobreviver às próprias incompetências ou incoerências é afirmar-se na desqualificação das ações do outro. Antiga estratégia pouco ética de disputa que vem assumir um lugar importante no modo como a Psicologia tem sido atacada e questionada. Não é preciso dizer do caminho recente e do processo contínuo de construção da Psicologia, assim como todo o conhecimento que se quer falseável para ser científico. Deixa claro que não detém e nem deseja um saber final sobre todas as coisas, mas reivindica o reconhecimento de sua grande capacidade para produção de sentidos, valores e conhecimento científico. Pois, definitivamente, não deseja uma afirmação baseada na desqualificação de outras profissões, mas baseada nas suas próprias capacidades e potências.

4) A participação da categoria

Infelizmente, temos um ponto de grande fragilidade interna: a relação pouco participativa da categoria nos fóruns de decisão sobre os rumos da Psicologia. Isto não nos deixa esquecer que somos frutos de uma mesma ortopedia subjetiva, que produz indivíduos em

série para o bem do capitalismo. O lugar de guardião da regularidade ou de defensor da doutrina constrói uma relação clientelista com nossos espaços de representação e regulação. Há uma história em curso que demonstra o crescimento político e a qualificação da prática coletiva, mas ainda há muito para ser aprendido e criado para que possamos responder com mais tranquilidade aos desafios que nos são propostos.

5) O compromisso com a vida em transformação

É interessante notar que desta forma descrita, a Psicologia vincula-se claramente ao movimento, à dinamicidade da vida. Pois, então, não é essa nossa grande proposta? Pois isso não se faz sem custo em uma sociedade da ordem e da regularidade. É o custo de aliar-se com a afirmação da vida e não com seu controle. É o custo de não comungar da proposta de reduzir a verdade a uma só. É o custo de ousar fazer ciência como modo de resistência e criação em meio a uma produção contemporânea marcada pela necessidade de sobrevivência e filiação à sociedade do capitalismo integrado.

6) (...) mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter sonho sempre (...)

Sim, é preciso esclarecer que estamos falando de uma Psicologia da coragem. Sim, é preciso esclarecer que não são os receios frente aos questionamentos ou mesmo a necessidade de resposta a ataques ignorantes que nos mobiliza, mas a coragem de buscar afirmação a partir de suas próprias potências. Pois é preciso coragem para enfrentar o desafio de produzir conhecimento de forma ética. É preciso competência e sabedoria para intervir de forma metodológica e tecnicamente responsável. E é preciso estar muito tranquilo em relação ao caráter científico de seu fazer para reclamar a prerrogativa de ser ciência.

Não se encerram aqui os motivos pelos quais a Psicologia continua impertinente “incomodando” a verdade e o poder absolutista, mas são idéias que se propõe a ajudar a responder ao modo como, muitas vezes, temos sido interpelados sobre o caráter científico ou a validade social da profissão. Argumentos, usualmente ignorantes, covardes ou corporativos, facilmente desmontados quando se percebe o quanto a Psicologia vem constituindo-se cada vez mais como uma prática profissional e científica marcada pelo protagonismo na articulação entre os fenômenos contemporâneos, conhecimentos produzidos, valores éticos e práticas responsáveis. A forma de gestão, os mecanismos democráticos de decisão, os fóruns de discussão, as diferentes comissões e grupos de trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia são uma mostra da seriedade, legitimidade e pertinência desta ciência e profissão contemporânea.¹

Nelson Rivero
Psicólogo, presidente da
Comissão de Direitos Humanos
do Conselho Regional de
Psicologia do Rio Grande do Sul

¹ Em tempo: o Sistema Conselhos promove, de 14 a 17 de junho de 2007, o VI Congresso Nacional da Psicologia, VI CNP, com o tema “Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática: construindo o projeto coletivo da profissão”. Fique atento às datas das etapas micro-regionais, que serão oportunamente divulgadas no site: www.crprs.org.br.



Poder, poder em excesso, e solidariedade

Em julho do ano corrente, escrevi um desprezioso comentário que denominei de “Por uma ética interdisciplinar baseada na solidariedade”.

Fundamentava-se no grande mal-estar causado, tanto no meio psicológico como em ampla porção do meio médico psiquiátrico, por uma entrevista prestada por uma psiquiatra à revista do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.

Esta entrevista se constituía num forte ataque à profissão do psicólogo e, na minha opinião, um grande desvirtuamento do que pensam os médicos, em sua maioria, acostumados às práticas interdisciplinares na Universidade e nos grandes hospitais.

Meu breve artigo mereceu uma correspondência da Presidência do Sindicato Médico, na qual, além de algumas ironias irrelevantes, é levantada a tese de que a transdisciplinaridade nada mais seria do que uma “revivência neopositivista”. Algo semelhante a chegar à conclusão, por exemplo, de que a guerra não-declarada entre os chamados ocidentais e alguns muçulmanos ainda tem por origem o “nascimento do Messias”.

Achei oportuno, como psicanalista que sou, estender um pouco o que escrevi sobre “solidariedade” no sentido de, à solidariedade, agregar o sentido de “poder”.

Hoje, o tema do poder está sendo muito aprofundado por inúmeros autores psicanalíticos, como Berenstein, Puget, Kaes e muitos outros. No passado, o próprio Freud ocupou-se do mesmo, embora relacionando-o a uma pulsão (de domínio), o que se origina da concepção do homem constituído por um psiquismo que funciona dentro de certas leis biológicas.

Na verdade, não se dispõe, na teoria psicanalítica, de conceitos que representem o Estado ou outros grupos sociais que exercem o poder, a não ser na idéia de um superego que está identificado com o arcabouço de interdições que compõe o acordo civilizatório.

Os textos como Mal-estar na Cultura e Totem e Tabú, fazem derivar a subjetividade social da subjetividade singular, como se o todo constituísse uma “soma” de partes.

Podemos concordar com Berenstein e Puget quando dizem que a sexualidade (pulsional) de forma alguma deriva ou é derivada da lógica social do poder. Ambas possuem a capacidade de instituírem a subjetividade. Um segundo passo, se a lógica do poder institui também a subjetividade, é separá-la do que poderíamos chamar de “excesso de poder”. A lógica “normal” do poder implica na natural imposição da presença de um outro a alguém, pelo natural fluxo intersubjetivo que se estabelece entre dois, vários, muitos, ou incontáveis seres humanos.

A lógica do “excesso de poder” (por exemplo, o racismo e/ou a intolerância às diferenças, ou ainda a negação da existência de diferenças) desagrega as possibilidades do crescimento intersubjetivo. Faz murchar as esperanças, mas gera algo chamado “solidariedade” que é onde acaba buscando abrigo este “tropismo pelo vínculo” que sempre delinea o ser humano.

A solidariedade não é um conceito que tenha ingressado na conceituação psicanalítica. Talvez seja mister que ingresse, pois que se ocupa da relação dos, ao mesmo tempo, tão diferentes e tão semelhantes: “so near, so far”.

Freud se ocupou da solidariedade em textos como Totem e Tabu, Os Sonhos, Psicologia das Massas, O porquê da guerra, Psicanálise e Telepatia, etc. Puget nos fala que a solidariedade substitui o “estar juntos” por um “vincular-se”. Podemos concordar que é algo muito além da compreensão empática, embora esta tenha naturalmente que existir. É a própria constituição de um “narcisismo de vida” que flui e pulsa nos vínculos.

Penso, para esclarecer bem este ponto que pode gerar enganos, que “simpatia” é muito distante da noção de vínculo e intersubjetividade. Ver algo com “simpatia”, por exemplo a causa dos pobres, me parece muito próximo daquela conhecida anedota do “conte comigo: um, dois, três, quatro....”

Bem, como diretor de uma instituição psicanalítica e transdisciplinar (a transdisciplinaridade é uma meta futura, quando a solidariedade interdisciplinar dos conhecimentos tiver acumulado suficiente massa crítica para gerar um novo conhecimento), achei importante aceitar o convite para escrever estas linhas e afirmar que a força das profissões “psi”: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise está no trabalho fortemente intersubjetivo, no qual as particularidades do saber de uma ou outra área (testagem psicológica para os psicólogos, medicação e exames diagnósticos para os psiquiatras e a ampliação do território da Psicanálise para os psicanalistas) se, por um lado, apontam as diferenças entre os saberes, também apontam a imprescindível necessidade de que uns aprendam e supervisionem os outros. Que um complemento e seja complementado pelo outro, pois o enorme assomo e esforço da hipercomplexidade do conhecimento, tarefa da ciência e da filosofia para este século, ao contrário da idéia do sr. Presidente do Simers, inevitavelmente gerará uma forma de exercer o conhecimento, altamente especializada e ao mesmo tempo, altamente vinculada.

Os psiquiatras terão, mais do que nunca, que serem psiquiatras. Os psicólogos terão que ser psicólogos, e os psicanalistas, psicanalistas.

Ombro a ombro, todos falando uma mesma língua ao ser humano (psicoterapias) enquanto exercendo o saudável poder de se orgulharem de seus dialetos.

César Bastos

Médico psiquiatra e psicanalista de indivíduos, grupos, casais e famílias, filiado à International Psychoanalytical Association – IPA e à International Neuro-Psychoanalytical Association, diretor do Contemporâneo – Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade

A inter/transdisciplinaridade como o outro da alteridade

Observando a realidade social da Civilização Ocidental, o individualismo, como autocentramento absoluto do sujeito, atingiu limiares insustentáveis. O que importa para o “pensamento único” é a exaltação gloriosa do próprio eu, onde o que eu apreendi, o que eu sei e o que eu faço são suficientes por si só, formas de agir e pensar que levam ao esvaziamento da alteridade como valor.

Somos reféns do imperativo da razão, do pragmatismo do modelo cientificista, da cultura individualista do modo de operar com sujeitos movidos pela lógica do consumo imediato, tudo no aqui e agora, não existe o depois, o futuro, o sonho e nem o outro.

Por outro lado, dentro desta mesma lógica de enxergar o mundo e as coisas pela lógica da razão pura, divorciada dos desejos e vontades, nos ensinaram nos bancos escolares, e depois na academia, uma série de conhecimentos também dissociados dessa realidade complexa e múltipla na diversidade de fatores que a compõe, à medida que os conhecimentos veiculados através de disciplinas estanques, como no caso da medicina (o cérebro, o coração, o pulmão, o estômago etc) nos seduzem para um olhar das partes, dissociado do todo, esquecendo que estes órgãos estão intimamente conectados em rede de conhecimentos, através de uma interdependência dinâmica, criativa e também com graus de autonomia.

O outro como estranho e desconhecido se recusa ao totalitarismo do eu disciplinar e da razão que busca converter tudo numa única verdade. O outro recusa submeter-se à lógica do pensamento monolítico, fechado em si mesmo, pois o pensar e fazer centrado no “eu sei” compromete a alteridade. O outro nos ensina que na vida, no mundo e no cuidado daquele que sofre, é possível conhecer mais, cuidar mais, enfim, sempre temos o que apreender com ele.

Para que o outro possa nos visitar e compartilhar suas idéias e dar início à experimentação da alteridade é preciso vencer também as resistências narcísicas, sentimentos de onipotência, enfim, aquela insegurança que o convívio com as diferenças pode provocar. O receio e a angústia faz erguer grandes castelos de areia e é por ali que se esconde o “eu sei”, “é assim”, “do meu jeito” e outras defesas mais...

Será que ainda podemos pensar nas práticas de saúde institucionais e na clínica do espaço público concebidas dentro da lógica disciplinar ou multi-

profissional? Será que diante dos desafios que o mundo contemporâneo coloca pela multiplicidade e diversidade de fatores que o compõe e a complexidade inerente aos mesmos se justificam, ainda mais ações somente no plano disciplinar?

Penso que não. Não podemos mais ser tão autosuficientes e egoístas ao ignorar ou descartar as outras disciplinas do nosso convívio, pois é muita pretensão resolver tudo sozinho e se considerar o dono da verdade, sem a interlocução com outros níveis de saber.

O trabalho de um só ou de muitos sós é refém da ditadura do modelo disciplinar ou do território identitário único, pois assegura o conhecimento fracionado, referindo-se apenas a um fragmento de um nível de realidade. Numa outra direção se faz a alteridade, em que o outro nos sugere um olhar inter/transdisciplinar que diz respeito à dinâmica engendrada pela ação dos diferentes níveis de realidade ao mesmo tempo.

A perspectiva do conhecimento apreendido no plano inter/transdisciplinar possibilita perceber a realidade globalmente aberta, portanto oferece uma visão do mundo e das experiências vividas. Exemplo disso, ocorre no momento em que os profissionais começam a serem atravessados, invadidos pelo saber alheio do médico, da enfermagem, do histórico-cultural, do psicológico e do filosófico, como exemplos, mas sem que nenhum saber sobreponha-se ao outro. No diálogo entre saberes se estabelece um movimento de criação que possibilita que novas categorias de análise se revelem. Assim, o conhecimento inter/transdisciplinar avança entre as fronteiras disciplinares e ultrapassa estas.

Este estar entre e além só surge dos encontros que permitem que os conhecimentos particulares às disciplinas se atravessem. E nesse atravessamento se desestabilizam, se recriam e se reinventam.

Portanto, o momento inter/transdisciplinar oferece a possibilidade de revelação de uma realidade muito mais dinâmica, relacional e integrada do objeto de estudo, que pode ser tanto aquele que adoece, como o ser humano ou a própria vida.

O outro, a alteridade, como diz Emmanuel Lévinas, dá sentido ao humano. Neste sentido, podemos ousar e afirmar que a perspectiva inter/transdisciplinar dá sentido às práticas em saúde e à própria clínica, pela possibilidade de ampliar criativamente o processo de construção dessa clínica, ao valorizar as diferentes dimensões (biológicas, sócio-culturais e subjetivas) envolvidas na produção do sofrimento.

Luiz Ziegelmann

Médico Psiquiatra do GHC,
Especialista em Saúde Pública,
Professor da Faculdade de Medicina da
PUCRS, Mestre em Psicologia Social

Bibliografia:

Birman, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

Lévinas, Emmanuel. **Ética e Alteridade** – Revista: discutindo Filosofia, escala educacional, ano 1, nº4, 2006

Nicolescu, Basarab. **A evolução transdisciplinar, a Universidade condição para o desenvolvimento sustentável**. Tailândia, 1997. Texto apresentado na conferência do congresso internacional “A responsabilidade da Universidade para com a sociedade”, International association of, Chulalongkorn University, Bangkok, Thailand, de 12 a 14 de novembro de 1997.



As atribuições de um sindicato

O Sindicato dos Psicólogos no Estado do Rio Grande do Sul (Sipergs) vem através desta manifestar seu posicionamento em relação à atitude do Sindicato Médico no Estado do Rio Grande do Sul (Simers) no que diz respeito às atribuições de um sindicato de classe.

O Sipergs tem como objetivo zelar pelos direitos do trabalhador psicólogo, o que inclui a abertura de mercado de trabalho, firmar acordos coletivos com sindicatos patronais, melhorar as condições de trabalho, inclusive no que diz respeito a questões remunerativas. Para isso, assumimos um posicionamento político que reconhece a integralidade na atenção à saúde, valorizando a equipe de saúde mental e todos os profissionais que a compõem, pois acreditamos na interdisciplinaridade voltada à promoção e proteção à saúde, na recuperação e reabilitação do usuário. Em consequência, a ética nos faz manter esse posicionamento de acordo com esses ideais em nossas práticas

sindicais e representações de classe. Jamais desconsiderando esses princípios e fundamentos, respeitamos as prerrogativas de cada profissão, sabendo que os órgãos de classe das mesmas é que devem falar sobre suas próprias prerrogativas. Temos a consciência que para falarmos de ética, nosso comportamento deve também ser ético, o que tranquiliza nossa consciência e nos integra com as demais áreas.

Logo, não entendemos como um chamado de uma revista que fala de ética (Simers em Revista. Ano 06 – nº27 – março / 2006) de um sindicato de classe, no caso o sindicato médico, que além de zelar pelos direitos de seus trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuir para o aperfeiçoamento deste, assumiu um posicionamento político que se dá totalmente contra os princípios e diretrizes do próprio SUS. Sabemos também que os fundamentos da prática diária da maioria dos trabalhadores médicos desse Estado, que compõem uma equipe de saúde, se dão

de acordo com essas diretrizes. Então, talvez não seja um problema de posicionamento político do Simers, mais sim um problema ético, ao extrapolar os seus direitos, buscando denegrir a imagem do psicólogo, colocando-o como um profissional incapaz de reconhecer o seu lugar dentro das várias opções terapêuticas existentes. O que é mais grave, pois não é tarefa de um sindicato de classe definir, de forma leviana e imoral, as atribuições de outra(s) classe(s).

Para finalizar, acreditamos que o próprio Simers deva procurar a resposta para a chamada da revista em questão – *E A ÉTICA?*, uma vez que falta a própria resposta.

Diretoria Colegiada
Sipergs

errata

Na edição 35 do EntreLinhas (História e Psicologia), o texto publicado na página 6 estava incompleto. Segue o trecho que complementa a história do Curso de Psicologia da PUCRS:

Em 1969, o Instituto de Psicologia da PUCRS, que até então era vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, passou a ter o status de Unidade Acadêmica. Além da formação de psicólogos, o Instituto desenvolvia atividades relacionadas à orientação vocacional, atendimento clínico individual e avaliação psicológica com o uso de testes psicométricos e projetivos. Cabe ressaltar desse período, mais especificamente em 1971, a realização do Primeiro Encontro Sul-Riograndense de estudantes de Psicologia e o lançamento do primeiro número da revista *Psico*. Um ano mais tarde instituiu-se o curso de pós-graduação em Psicologia Aplicada, com mestrado nas áreas de Psicologia Clínica, Psicologia Escolar e Psicologia Organizacional. Em 1973, foi instaurado o Serviço de Atendimento Psicológico da PUCRS (SAP) e, em 1974, foi montado o laboratório de Psicologia Experimental.

No final da década de 70 iniciava-se, timidamente, o período da abertura política no Brasil, o que possibilitava o recrudescimento de reflexões críticas quanto aos movimentos sociais e o exercício profissional. Especificamente na Psicologia, estabeleceu-se a “Crise da Psicologia Social”, a qual questionava a responsabilidade da área como ciência e como profissão na América Latina e apontava para a necessidade de deselitização das teorias e práticas psicológicas.

Na década de 1980 intensificou-se a preocupação com a formação profissional, no sentido de aproximar os processos de ensino-aprendizagem do conhecimento das possibilidades da Psicologia na realidade brasileira. Foi elaborado e implantado o Projeto de melhoria da Formação do Psicólogo.

Em março de 1999, o Instituto foi transferido das dependências do Colégio Champagnat para o prédio 11 do campus central da Universidade, e iniciado o processo de elaboração e implantação do novo currículo do Curso de graduação.

Da história atual, cabe ressaltar que somos 1020 alunos de graduação, 94 do pós-graduação, 53 professores com titulação de mestrado e 30 de doutorado. Nossos alunos têm um ambiente de autonomia, livre circulação de idéias, oportunidades de aprendizagem e participação em todo o processo rico, que é o da formação profissional. Uma das marcas importantes em nosso Curso é a relação da teoria com a possibilidade de intervenção na comunidade, quando todos os alunos vivenciam, desde o início do Curso, práticas e estágios curriculares e não curriculares. O Serviço de Atendimento Psicológico, O Hospital São Lucas, o Campus Aproximado da Vila Nossa Senhora de Fátima atendem a população através dos alunos, sob supervisão e também intervenções de nossos professores.

Jacqueline Moreira

Psicóloga, Mestre em Educação, Pró-reitora de Assuntos Comunitários da PUCRS, Professora da Faculdade de Psicologia

Helena Scarparo

Professora da Faculdade de Psicologia da PUCRS

Anuidade 2007

Em assembléia geral ordinária realizada no dia 14 de setembro, foram definidos valores para taxas, anuidades e emolumentos para o ano de 2007. O reajuste foi de 4,63%, seguindo o índice IPCA. As anuidades de Pessoa Física e Pessoa Jurídica para 2006 terão o valor de R\$ 232,93.

Se você não recebeu o carnê, entre em contato com o CRPRS através do e-mail: fiqueemdia@crprs.org.br.

Anuidade - pessoa física	R\$ 232,93
Anuidade - pessoa jurídica	R\$ 232,93
Anuidade 1ª inscrição pessoa física	R\$ 116,46
Taxa de registro de pessoa física	R\$ 116,46
2ª via de carteira pessoa física	R\$ 33,58
Taxa de registro de pessoa jurídica	R\$ 170,74
Declarações	Isento
Atestados e certidões	Isento
Certificado inscrição pessoa jurídica	R\$ 68,97
Alteração de registro pessoa jurídica	R\$ 50,88

Prestação de Contas

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul apresenta o demonstrativo financeiro do **primeiro semestre de 2006**.

Receitas		01/01/06 a 30/06/06	
Receitas de Contribuições	1.732.969,21		91,92%
Receitas Patrimoniais	52.946,27		2,81%
Receitas de Serviços	56.771,93		3,01%
Receitas Extras Orçamentárias	42.649,22		2,26%
Total das Receitas Brutas	1.885.336,63		100,00%

(-) Transferências		01/01/06 a 30/06/06	
Conselho Federal de Psicologia - Cota parte	458.097,59		24,30%
Subvenções Sociais	0,00		0,00%
Total das Receitas Líquidas	1.427.239,04		75,70%

(-) Despesas		01/01/06 a 30/06/06	
Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	216.405,59		11,48%
Materiais de Consumo	22.172,18		1,18%
Energia Elétrica, Telefonia, Postagens e Água	41.630,23		2,21%
Limpeza, Segurança, Manutenção	12.550,17		0,67%
Impressão Gráfica	40.941,70		2,17%
Transportes e Hospedagens	34.560,43		1,83%
Congressos, Fóruns e Eventos	36.796,11		1,95%
Serviços de Assessorias	77.663,91		4,12%
Aluguéis, Condomínio e Locações	40.708,97		2,16%
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	47.114,60		2,50%
Estudos e Pesquisas	34.894,08		1,85%
Fretes e Transporte de Encomendas	4.480,89		0,24%
Outras Despesas	15.741,95		0,83%
Total das Despesas de Operações	625.660,81		33,19%

(-) Investimentos		01/01/06 a 30/06/06	
Imóveis	138.553,44		7,35%
Instalações	81.390,00		4,32%
Máquinas e Utensílios Diversos	0,00		0,00%
Mobiliário em Geral	1.628,52		0,09%
Equipamentos de Informática	172,54		0,01%
Total dos Investimentos	221.744,50		11,76%

O Não-Princípio de Arquimedes

Espaço, o que é isso? Pensemos de maneira metafórica: pensemos no “espaço” como poder de atuação exclusiva de alguém; sendo assim, trata-se de um poder que exclui o outro. O que exclui, destrói. Ganhar um “espaço”, bem como mantê-lo, traz, portanto, ínsita à sua definição, um poder destrutivo.

Toda essa lógica, aparentemente certa, é um equívoco, e por quê? Simplesmente porque: se na física dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo, na sociedade humana há espaço para todos.

Um dos tantos males contemporâneos é o de considerar que entre os homens vigora o princípio de Arquimedes; mas assim como não há um ser igual ao outro, assim a cada pessoa é destinado o seu próprio espaço, o qual exige uma habilidade que só essa pessoa detém e, sendo assim, não é excludente do outro. A competição é, dessa forma, uma perfeita falácia, que nos leva apenas à amargura e ao sofrimento.

Veja-se na literatura: as bibliotecas estão cada vez maiores — sem falar na infinitude galáctica dos conteúdos da internet. E há cada vez mais leitores, leitores que gostam de romance, novelas, contos, poemas, ensaios, dramaturgia. Por outro lado, as especializações profissionais, visíveis em quaisquer ramos do saber, multiplicam as possibilidades de atuação individual. Nosso contraditório mundo, à medida que aumenta de maneira geométrica as oportunidades, acirra a competição — um absurdo lógico.

Essa competição artificial, contudo, não existe sem conseqüências, e aí desembocamos num mundo ferozmente individualista que, com o passar do tempo, poderá devorar-se a si mesmo. Conclui-se que há muito de má-fé em inculcar essa pseudo-competição. Criam-se fórmulas (“pró-atividade” é uma delas; há alguns anos era “qualidade total”, depois “reengenharia”, alguém ainda se lembra?) que não passam de enunciados léxicos vazios. E é lamentável ver como as pessoas ficam tolamente repetindo essas palavras sem que tenham passado pelo crivo de uma brevíssima reflexão.

A cultura de nossos dias será vista como uma das mais detestáveis de todas as eras, pois elevou à categoria de valor positivo a competição e a conquista e a manutenção do espaço, seja lá o que for o espaço.

A solução para esse problema fictício radica numa palavra que o neoliberalismo quer, com insistência, subtrair dos dicionários: a solidariedade.

Se nosso mundo quer-nos tornar animais de hipódromo, a saída está no reconhecimento das diferenças e das diferentes habilidades que contemplam não apenas o primeiro lugar, mas o segundo, o terceiro, o quarto, o último.

Em suma: requer-se bom-senso, que sempre foi a melhor atitude, desde o pensamento grego. A História o comprova.

Luiz Antonio de Assis Brasil
Escritor

